

## Relatório de Actividades

Dado o contexto excepcional que se vive, e uma vez que no âmbito do Estado de Emergência foram introduzidas pelo governo alterações nas datas associadas à realização das Assembleias pelas associações, para efeitos de aprovação de relatórios de gestão e contas, decidiu a direcção da ARP dividir este documento em dois pontos: o primeiro, centrado nas actividades de 2019, e que será alvo de votação, de acordo com o previsto na convocatória de 26 de junho de 2020; o segundo, centrado nas iniciativas que foram levadas a cabo durante o Estado de emergência (que vigorou entre 18 de março e 02 de maio), com um carácter meramente informativo.

### i. Actividades 2019

Ao longo do período que vigorou entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2019, a actual Direcção da ARP desenvolveu um conjunto de actividades diversificadas, centradas na valorização da condição de associado, na defesa, reconhecimento e regulamentação da profissão de Conservador-restaurador, e na divulgação científica de conteúdos relacionados com a área de Conservação e Restauro.

Em linhas gerais, o ano de 2019 ficará marcado pelo I Encontro realizado sobre a profissão no nosso país, que teve uma participação expressiva de profissionais e estudantes, mas também por outras iniciativas que poderão vir a assumir-se preponderantes no processo de regulamentação da profissão, como sejam a petição pública lançada em Março de 2019 e a queixa realizada junto do Provedor de Justiça. Refira-se, também, a continuidade do trabalho desenvolvido pela ARP no seio da ECCO, através da sua delegada, assumindo uma importância particular a proposta apresentada à Comissão Europeia com vista à alteração dos códigos NACE/CAE – esta proposta, se concretizada, poderá vir a responder a uma pretensão antiga dos conservadores-restauradores, e que se prende com a sua inclusão no índice das actividades económicas dos estados membros.

Pelos esforços iniciados nas direcções anteriores, e pelo que se apresenta a seguir, acreditamos hoje estar mais perto das mudanças pelas quais a ARP vem lutando ao longo dos últimos anos, e que passam inevitavelmente pelo processo de regulamentação da profissão. As iniciativas listadas a seguir sustentam essa visão, e resumem um ano de trabalho intenso, a que acrescem muitas outras relacionadas com a gestão administrativa da associação, igualmente importantes para o bom funcionamento da mesma.

1. Realização do encontro «O conservador-restaurador: uma profissão emergente do património cultural», em parceria com Museu Nacional de História Natural e com o apoio da Portuguese Research Infrastructure of Scientific Collections, Embaixada de Espanha de Portugal e Fundação Millenium BCP. Contou com a participação de oradores nacionais e estrangeiros, membros de organizações como a E.C.C.O - *European Confederation of Conservator-Restorers' Organisations*, ENCoRE - *European Network for Conservation-Restoration Education*, ACRE - *Asociación Profesional de Conservadores-restauradores de España*, ARI - *Associazione Res-tauratori d' Italia*, ICOMOS - Portugal, AAP - *Associação dos Arqueólogos Portuguese-ses*, entre outras, e reuniu uma assistência de cerca de 200 profissionais e estudantes.
2. No seguimento de uma audiência realizada em Dezembro de 2018 relativa a vários procedimentos concursais, no âmbito do Programa de Regularização

Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, a Direcção da ARP apresentou em Fevereiro de 2019 uma queixa na Provedoria de Justiça, relativamente à não definição das qualificações para a execução das intervenções de conservação e restauro, por parte do Estado Português. O âmbito da queixa centrou-se no artigo 22º da Lei 140/2009 («Regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal»), mais concretamente na necessidade do legislador consagrar definitivamente no diploma as qualificações e experiência adequadas para a execução de intervenções de conservação e restauro em património classificado.

3. Envio de missiva à DGPC - *Direcção Geral do Património Cultural* com o resumo dos principais temas abordados no Encontro realizado em Janeiro de 2019, e com as medidas que a associação assume como determinantes para a regulamentação da profissão e a salvaguarda do património cultural.
4. Dando forma às conclusões do Encontro realizado em Janeiro de 2019, a ARP lançou em março uma petição que pretende reforçar a necessidade de regulamentação da profissão, mais concretamente a definição das competências dos técnicos habilitados a intervir em património cultural classificado, no contexto do Decreto-Lei n.º 140/2009. A petição dirige-se a todos os intervenientes na salvaguarda, conservação e restauro do património cultural, e é endereçada ao Ministro da Cultura, à DGPC - Direcção-Geral do Património Cultural e à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto da Assembleia da República. Pretende reunir o maior número de assinaturas possíveis, encontrando-se, à data com 1212 assinaturas.
5. No seguimento do pedido de demissão da direcção da revista «Conservar Património» no dia 25 de Junho, foi nomeada em Julho de 2019 uma nova direcção, com a seguinte composição: Directora: Elin Figueiredo; Sub-directores: Tiago Miguel Ferreira, Ana Claro, Ana Zélia Miller e Sílvia O. Sequeira.
6. Participação no seminário «O enquadramento actual do Conservador-restaurador em Portugal e na Europa», promovido pelo Departamento de Conservação e Restauro da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa.
7. Participação no 1º Seminário YOCOCU Portugal, que teve lugar no Laboratório das Artes Teatro Vista Alegre, em Ílhavo. A ARP integrou o painel «Fórum do Património 2019: Cidadania e Associativismo pelo Património».
8. Participação na assembleia geral da ECCO e na reunião de presidentes das 37 associações profissionais europeias.
9. Participação na Bienal Ibérica do Património Cultural (AR&PA), tendo assumido a responsabilidade de dinamização do seminário «C&R Talks», subordinado ao tema «Reabilitar: uma dimensão incontornável do património cultural»? Para além da definição dos oradores e de ter assumido a responsabilidade pela abertura do seminário, em parceria com a Associação de Conservadores-restauradores de Espanha, a ARP foi ainda responsável pela definição de várias questões que procuraram enquadrar a discussão e que serviram como base para o debate que foi realizado nos dois painéis.

10. Co-autoria no documento publicado pela ECCO «On the classification of the cultural heritage sector within NACE», através da delegada portuguesa Elis Marçal.
11. Participação nos trabalhos da secção dos museus, da conservação e restauro e do património imaterial (SMUCRI) do Conselho Nacional de Cultura (CNC), e em reunião do grupo de trabalho nomeado por esta secção relativa à Rede Portuguesa de Museus.
12. Celebração do dia Europeu da Conservação e Restauro, com a realização de várias iniciativas on-line com vista à divulgação da profissão e de boas práticas no património cultural.
13. Realização de várias diligências junto das entidades contratantes e respectiva tutela, no âmbito de procedimentos concursais na área da conservação e restauro. Os contactos visaram requerer esclarecimentos ou anulação de vários procedimentos, onde se verificavam discrepâncias entre funções e qualificações para o desempenho das mesmas (ao arripio do estabelecido pelas directivas da ECCO subscritas pela ARP).
14. Publicação dos números 30, 31 e 32 da Revista Conservar Património.
15. Realização de vários contactos a entidades responsáveis pela tutela de monumentos nacionais e museus, com vista à realização de protocolos que permitam o acesso gratuito aos mesmos por parte dos associados da ARP (processo que ainda se encontra em curso). Nesse âmbito, refira-se os protocolos celebrados com os Parques de Sintra – Monte da Lua e Museu D. Diogo de Sousa (Braga).
16. Conclusão do processo de revisão dos Estatutos e Regulamento Interno da Associação, no âmbito do grupo de trabalho criado para o efeito em 2018.

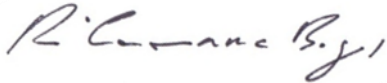
## ii. Actividades (Estado de Emergência)

Durante o período em que vigorou o Estado de Emergência, a direcção da ARP levou a cabo um conjunto de iniciativas que procuraram sensibilizar os responsáveis pela tutela do sector cultural, assim como outros organismos com ligações ao mesmo, para a necessidade de reflectir as especificidades da conservação e restauro nas medidas lançadas para responder aos efeitos da pandemia, na economia e emprego. A par disso, procurou ainda aferir o impacto da COVID-19 na actividade dos profissionais e empresas do sector, mediante a realização de um inquérito.

1. Envio de propostas para o sector da conservação e restauro, para a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Cultura e para o Sr. Director da Direcção-geral do Património Cultural, no dia 04 de Abril. Este processo contou com um período prévio de recolha de contributos juntos dos associados, podendo o documento final ser consultado no nosso [site](#).
2. No âmbito do “Apoio de Emergência aos Artistas e à Cultura” lançado pela Fundação Calouste Gulbenkian, a direcção da ARP procurou sensibilizar a FCG para a necessidade dos conservadores-restauradores serem abrangidos pelo mesmo, a par dos profissionais das Artes Visuais, Dança, Música e Teatro.

3. Realização de um inquérito sobre o impacto pela COVID-19 na actividade da Conservação e restauro, durante o mês de maio, dirigido a «Prestadores de serviços», «Trabalhadores do Estado», «Trabalhadores por conta de outrem», e «Empresas singulares e colectivas». Os dados encontram-se em análise, prevendo-se a publicação dos resultados no segundo semestre do ano.

Lisboa, 25 de Junho de 2020



Rui Camara Borges

Presidente da Direcção